



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

A condução sob efeito do álcool transformou-se numa doença crónica e social. Apesar de o Governo ter reforçado as acções de sensibilização e intensificado as operações de combate, casos de condução depois da ingestão de vinho ou sob o efeito deste continuam a verificar-se e com certa frequência, portanto, a sociedade entende que os custos baixos e irrisórios a pagar (mera multa ou pena suspensa) dificilmente conseguem demover alguém de deixar de conduzir depois de beber, colocando-se assim em perigo a segurança pública.

Segundo as estatísticas, desde 2008 até 2015, isto é, num espaço de oito anos, foram detectados em operações stop e em acidentes de viação mais de nove mil casos de condução sob efeito do álcool, ou seja, uma média de três casos por dia¹. As sanções a aplicar são, essencialmente, as constantes da Lei n.º 3/2007 (Lei do Trânsito Rodoviário) e do Código Penal, e na primeira a condução sob efeito do álcool é crime. Há países e regiões onde esse acto é também criminalizado e a pena respectiva não pode ser substituída por multa, contrariamente ao que acontece em Macau, onde a pena não é de imposição obrigatória, há flexibilidade e os respectivos efeitos não são dissuasores, levando os condutores a contar com a sorte de a pena vir a ser substituída por

¹ "Comparação de Dados Estatísticos do Trânsito" do Corpo de Polícia de Segurança Pública da RAEM.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

multa.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. A suspensão da condução por somatório dos pontos das transgressões às regras de trânsito é o sistema mais comumente adoptado na maioria dos países e regiões. Por exemplo, em Hong Kong, o “regime de pontuação das transgressões às regras de trânsito” tem por objectivo principal elevar o nível da condução e inculcar o dever de cumprimento das regras, com vista a reduzir as fatalidades ocorridas em acidentes de viação². Segundo o nosso Governo, as sanções previstas na actual Lei do Trânsito Rodoviário, que vão desde a cassação da licença, à proibição de participar em novos exames de condução e até à obrigação de fazer novos exames de condução, são muito mais graves do que no “sistema de pontuação regressiva”, e este regime varia de país para país e de região para região, portanto, a sua aplicação em Macau exige um estudo mais aprofundado e uma análise da opinião pública recolhida de forma alargada³. Contudo, as sanções referidas só se aplicam aos casos de reincidência. E para além disso, o objectivo do “sistema de pontuação regressiva” é a prevenção, ou seja, aumentar os efeitos dissuasores das sanções, de modo a que o condutor não dependa da sorte, a disciplinar a condução, a reduzir as transgressões e a diminuir os acidentes de viação. Qual é então o ponto de situação dos estudos sobre o “sistema de pontuação regressiva”? E de que medidas

² “Regime de pontuação” dos Serviços de Transportes da RAEHK.

³ “Macau Daily News”, de 11 de Abril de 2015.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

efectivas dispõe o Governo para agravar os custos das transgressões cometidas por condução sob a influência do álcool?

2. As autoridades insistem em afirmar que, nestes últimos anos, o número de casos de condução sob influência do álcool tem diminuído⁴, devido ao acérrimo combate que tem sido levado a cabo. Contudo, os dados estatísticos relativos a 2010, 2011 e 2012 demonstram-nos que, ao longo destes três anos, foram submetidos ao teste de alcoolemia em operações stop uma média de cerca de 43 mil condutores por ano, enquanto em 2013, 2014 e 2015 foram apenas uma média de 35 mil condutores⁵. Além disso, há que apontar que, nestes últimos cinco anos, o número de acidentes de viação relacionados com a condução sob efeito do álcool se manteve na ordem dos 130 por ano⁶, portanto sem grandes alterações. Com vista a dar mais um passo no combate à condução sob influência do álcool e a prevenir eficazmente a ocorrência de acidentes de viação causados por embriaguez, há que intensificar as operações stop em locais e períodos aleatórios. O Governo vai fazê-lo?

24 de Março de 2016.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ho Ion Sang

⁴ Conclusões retiradas das respostas às interpelações escritas remetidas a coberto dos Despachos 70/V/2013, 87/V/2013 e 993/V/2015.

⁵ "Comparação de Dados Estatísticos do Trânsito" do Corpo de Polícia de Segurança Pública da RAEM.

⁶ Registaram-se 132, 137, 162, 139 e 134 casos em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente.